

Robert Kurz, *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, 169 pág.

O filósofo social Robert Kurz (1943-2012) é o principal teórico da chamada crítica do valor (*wertkritik*) (cf. Jappe, 2014). Surgida em meados da década de 1980, na Alemanha, esta corrente de pensamento recupera o núcleo radical da crítica da economia política marxiana.¹ Assim, coloca uma grande ênfase no valor como forma *fetichista* de riqueza e de mediação social *constituída* pelo trabalho abstrato despendido coletivamente pelos operários e que, por sua vez, configura uma matriz apriorística *constitutiva* das formas sociais de pensamento, de subjetividade e de ação prevalentes na modernidade capitalista (cf. Jappe, 2020; Larsen *et al.*, 2014).

Com a exceção dos originais na língua de Goethe, o português tem sido o principal veículo para a disseminação da teoria kurziana, conforme atestam os onze livros publicados durante as últimas três décadas (cf. Kurz, 1993; 1997; 1999; 2004; 2010; 2014; 2015; 2018a; 2018b; 2018c; 2019) e as centenas de artigos vertidas para o idioma de Machado de Assis disponíveis no *website* <http://obeco.planetaclix.pt/>.²

A presente obra reúne dois longos ensaios publicados originalmente em 1993 e 1994: “A democracia devora seus filhos – Comentários sobre o novo radicalismo de direita” (21-111), que dá o título ao livro, e “A derrocada do realismo – Notas sobre o declínio da antiga oposição de esquerda” (113-169). A tese central do primeiro ensaio – que considero ser o mais importante e que, por isso, merecerá uma atenção especial nesta resenha – é que tanto o fascismo como o novo radicalismo de direita não são aberrações históricas contrárias à lógica democrática de mercado, mas, em vez disso, são produtos dos processos de imposição (no primeiro caso) e de decadência (no segundo caso) do modo de (re)produção capitalista.

Para sustentar esta tese controversa, Robert Kurz começa por demonstrar que o binómio economia de mercado/democracia liberal possui um “caráter repressivo” e totalitário (24). Trata-se, por um lado, da “ditadura de uma forma social coercitiva” – o valor – sobre as “relações humanas”, ou seja, da “submissão incondicional de todos os momentos da vida à lógica” autotélica do capital (25). A subsistência individual e a reprodução macrossocial são atreladas de maneira fetichista às cate-

¹ Aquela que Robert Kurz designa por parcela “esotérica” da teoria de Marx (cf. Kurz, 2018c: 12-27).

² Fruto das traduções competentíssimas de Boaventura Antunes.

gorias mercantis suprassensíveis que são outras tantas abstrações reais (30) e, portanto, formas de “dominação” impessoais (29, itálico no original).

Por outro lado, as “instituições democráticas” apresentam-se como o polo *complementar* necessário da economia enquanto “sistema produtor de mercadorias” (27). A “liberdade”, a “vontade” e a discussão democráticas são *preformadas* e rigorosamente *delimitadas* pelas “leis” de movimento quasi-objetivas do capital e pelo padrão normativo irracional da rentabilidade decorrentes do processo de “valorização do valor abstrato” (28). De facto, todos os quadrantes políticos pressupõem como autoevidente uma sociedade regida pelo trabalho assalariado, pela “mercadoria” e pelo “dinheiro” (29).

A democracia é, então, na ótica de Kurz, “a forma pela qual se processa a sujeição coletiva ao fetiche do capital” (31), porquanto o seu “discurso” se refere apenas ao melhor modo de executar os “critérios sistémicos cegos” apriorísticos (29). Compete à política *servir* de instrumento facilitador da acumulação de capital através da criação das suas pré-condições institucionais e logísticas (educação, infraestruturas, transportes, etc.), da concessão de incentivos fiscais à criação de postos de trabalho e da codificação de regras jurídicas abstratas (direito) que regulam o entrechoque quotidiano das mónadas concorrenciais (cf. Kurz, 1997: 91-115). Neste sentido, “a democracia não é o oposto do capitalismo, e sim a maneira pela qual o ‘povo’ organizado de modo capitalista se ‘autodoma’ segundo critérios capitalistas” (29). Kurz remata que “democracia e (...) capitalismo se correspondem como dois lados da mesma moeda” (29).

Um dos principais postulados da teoria kurziana enuncia que a modernização se impôs através de processos descontínuos no espaço e no tempo (cf. Kurz, 1999). Assim, mesmo no caso da sua Alemanha natal, um dos países capitalistas mais avançados da época, após a 1ª Guerra Mundial “a lógica económico-empresarial de mercado” e “a democracia no sentido atual” não estavam plenamente estabelecidas (46-47). Subsistiam imensas “reliíquias estruturais estamentais, pré-modernas e guilherminas já apodrecidas” que, no entanto, “ainda não haviam caído” (39), pois “a República de Weimar modificou apenas a forma externa de governo” (38).

Coube então ao fascismo, na sua encarnação nazista, desempenhar um papel-chave na aceleração do processo de imposição do modo de (re)produção hodierno. O ímpeto modernizador foi conduzido sob a palavra de ordem trinitária “trabalho, povo e nação” (46). Em primeiro lugar, o nacional-socialismo desenvolveu “o universalismo abstrato da forma-mercadoria” (47) e “impulsionou a transformação da

sociedade como um todo em uma colônia penal de trabalho abstrato industrial” (51). Por conseguinte, expandiu enormemente o domínio da “racionalidade econômico-empresarial” (51).

Em segundo lugar, o nazismo “promoveu *estruturalmente* a liberdade e a igualdade (...) como categorias funcionais do sistema produtor de mercadorias” (44, *italico no original*). No que toca à igualdade, esta foi fomentada mediante a conversão do “‘povo’ em massa de iguais sem rosto diante do ‘Führer’” (44). Por seu turno, a liberdade foi impelida graças à dissolução das “formas antigas e pesadas de ‘comunidade’” e, em especial, da sua “cultura de estamentos” (44). Assiste-se à constituição definitiva da forma do sujeito (masculino ariano) comcorrencial enquanto “indivíduo abstrato” assalariado e à multiplicação das suas “relações” no espaço-tempo social igualmente “abstrato” do valor (44).³

Em terceiro lugar, o nacional-socialismo permitiu ultrapassar o estatuto retardatário da Alemanha em termos da “constituição política e ‘popular’” que, na perspectiva de Kurz, é a outra face da moeda da criação de uma economia mercantil industrializada (55). Adolf Hitler “tornou a nação definitivamente no sistema de referência do cálculo econômico-empresarial, do trabalho abstrato, do crédito estatal e da regulação política” (55).

Kurz conclui assim que, nas décadas de 1920 e 1930, fascismo e democracia liberal não eram “‘princípios’ externos supostamente contrários”, refletindo, ao invés, “fases de desenvolvimento” assíncronas do capitalismo nos vários países (35). No contexto germânico, o nacional-socialismo foi um “precursor” ou “forma de incubação” da “democracia” de mercado, quer dizer, constituiu um “estágio especial de *imposição*” do modo de vida capitalista em condições socio-históricas específicas (37, *italico nosso*). De acordo com Kurz, “à sua maneira bestial” (39) o fascismo “colocou em curso mudanças sociais estruturais” que eram parte integrante do processo de modernização, até então inacabado (37). Em outros termos, “a formação autoritária fordista do nacional-socialismo representa para a Alemanha o último impulso de uma via de modernização ‘recuperadora’ excepcional” (49).⁴

³ Portanto, a liberdade é entendida por Kurz, antes de tudo, como autopropriedade, ou seja, como a livre disposição sobre a sua força de trabalho que redunde no *dever* de vendê-la em troca de um salário para garantir a subsistência.

⁴ Kurz diz-nos que “essa transformação inevitável do Entreguerras poderia também ter sido realizada por forças liberais, cristãs-democratas ou socialistas de maneira diferente, mais civilizada e menos atroz. Mas essas forças foram simplesmente incapazes de fazê-lo” (39).

Uma vez alcançado este “objetivo (...) sob embrulho ideológico”, a forma política explicitamente “totalitária” pôde ser descartada “após a Segunda Guerra Mundial” (48). Nas palavras do autor,

“o momento externo ditatorial não foi superado, mas internalizado. O alinhamento coercitivo, violento e “totalitário” dos indivíduos ao sistema de reprodução desenvolvido da democracia de mercado (...) podia (...) funcionar ‘por si mesmo’, já que sua implantação havia sido bem-sucedida. (...) [O] momento “totalitário” não desapareceu, apenas se deslocou para a autodisciplina internalizada dos sujeitos da mercadoria realizados” (48-49).

Depois desta análise histórica do fascismo, Robert Kurz volta a sua atenção para a ascensão do novo radicalismo de direita na sociedade burguesa contemporânea. Este fenómeno deve ser entendido no contexto do limite interno absoluto da acumulação de capital (58). Kurz sustenta que, “pela primeira vez na história capitalista, a substância abstrata trabalho (...) encolhe” estrutural e permanentemente “por meio da racionalização” (117) promovida pelas “forças produtivas microeletrônicas” (53), e imposta aos muitos capitais pela concorrência. Assiste-se à queda imparável da *massa* de mais-valia social.

A completude do sistema, sob a forma de “democracia e mercado total”, cede assim rapidamente lugar à sua “desintegração” progressiva (33). Ao nível microsossial, a “liberdade abstrata” do *citoyen* (33) torna-se uma mentira conforme o seu duplo económico – o *bourgeois* – devém supérfluo do ponto de vista do processo de valorização em crise irreversível. Ao nível macrosossial, as instituições democráticas começam a rodar em falso porque “a política é apenas uma *esfera derivada*” sem nenhum “poder independente de intervenção” (83, itálico no original). Todas as suas medidas têm de ser financiadas através de “impostos” ou do recurso ao “crédito estatal” numa altura em que o valor criado na economia mingua a olhos vistos (82).

Em paralelo, a “globalização” do capital erige um “sistema-mundo” finalmente fiel ao seu conceito e, desse jeito, confere uma “nova qualidade” à “internacionalização tanto da produção económico-empresarial (...) quanto dos mercados financeiros” (56). O mercado mundial unificado dificulta cada vez mais a intervenção eficaz dos Estados-Nação, ou seja, “a contradição entre universalismo abstrato” do capital e “particularidade (...) económico-nacional” deixa de poder “ser mantida em equilíbrio”, ainda que precário (56-57). No seu derradeiro “estágio” exprime-se “como autonomização de todos os mecanismos de regulação e como descolamento

do tecido social e de todo o imbricamento cultural” (57). Para Robert Kurz, *a crise da economia capitalista é, ipso facto, a crise da democracia política.*

Segundo o autor, o “novo radicalismo de direita” (21) – transversal aos vários países ocidentais (23) – é um produto direto da “*decomposição*” da “democracia de mercado” como modo de vida social (58, *itálico nosso*). Perante a crescente superfluidade da força de trabalho humana, “mediada pelos mecanismos de seleção socioeconómicos de concorrência”, a “barbarização” democrática (100) consiste em “definir as respetivas populações internas e externas a serem excluídas”, ocultando “esse empreendimento vil sob frases humanistas” (102), e, ao mesmo tempo, em reprimir os párias recalcitrantes.

Gera-se assim um clima social de “medo, mesmo entre aqueles que ainda não são atingidos” (71). Isso é particularmente evidente nos jovens hiper-qualificados “sem perspetivas” (75 e 71), mas também é visível um “pânico tardio” em pessoas mais velhas que veem os seus “sonhos destruídos” (76). Neste contexto, o “sentimento de fracasso” devém “raiva cega” (76), ao passo que “a crise socioeconómica evoca uma situação anómica” (83). De acordo com Kurz, “esse clima é certamente *uma* das causas da nova xenofobia, do novo racismo e do novo radicalismo de direita” (71, *itálico no original*).

A violência inerente à forma-sujeito moderna, ou seja, “a deformação psicológica geral do sujeito da mercadoria forçado a uma permanente autoafirmação abstrata” na concorrência à custa dos demais, é agravada pela conjuntura “da crise do trabalho assalariado fordista em declínio” (73). O medo inconfessado de exclusão social é exteriorizado como violência face ao Outro demonizado – o imigrante, o cigano, o negro, o judeu (pág.71). Portanto, a barbarização do sujeito é o reverso da medalha da barbarização da democracia:

“[O] totalitarismo monetário da democracia de mercado devora os seus próprios filhos. A lógica interna de dominação do sistema democrático de mercado expulsa [os indivíduos] repressivamente e, em seguida, produz como *reação* (...) um eco assassino de si mesma. A democracia e o radicalismo de direita se correspondem como gémeos siameses, conectados internamente através do sistema circulatório do processo de valorização.” (34, *itálico no original*).

Ao contrário do que sucedia no fascismo dos anos 20 e 30 do século passado, “os diferentes elementos sociais constitutivos do novo radicalismo de direita” já não confluem para “um poder central coerente e capaz de reproduzir-se” (63). Logo, Kurz considera que não se verifica um “retorno da nação”, mas sim do “nacio-

nalismo (...) sobre a base da guerra selvagem pela distribuição dos recursos” económicos cada vez mais escassos (59). Em suma, enquanto “o velho radicalismo de direita” fascista “foi um fenómeno da ascensão (...) do sistema produtor de mercadorias, (...) no interior das vestes ainda não completamente preenchidas do universalismo abstrato no campo do trabalho, do povo e da nação”, o novo radicalismo de direita, por sua vez, representa “uma forma visível do esgarçamento daquelas vestes” (59), quer dizer, um “fenómeno regressivo geral” (147).

No segundo ensaio que compõe o livro, “A derrocada do realismo - Notas sobre o declínio da antiga oposição de esquerda”, Robert Kurz identifica um paradoxo no outro extremo do espectro político-económico. Quanto mais a “crise” sistémica da democracia de mercado se agrava, mais ela é recalcada pela “esquerda” (118). Verifica-se uma redução do “interesse pela crítica da economia política” marxiana conforme a esquerda vai perdendo a sua radicalidade e se refugia no elogio do “*modus social* ocidental” e na ontologização das respetivas “categorias” fetichistas (118-119), mormente a mercadoria, o valor, o trabalho, o dinheiro, a “acumulação de capital” e o Estado (121). Este reformismo inconsequente formula os seus “objetivos, demandas, medidas e formas de ação” *no interior* desse arcabouço (123), aceitando como óbvios os critérios da “financiabilidade” (166) e da “rentabilidade” (110).

Portanto, de acordo com Kurz, o “realismo de esquerda” naturaliza as categorias capitalistas basilares e apenas deseja opor a (regulação) política - supostamente neutra ou exterior ao sistema mercantil - à economia perçecionada redutoramente como “mercado”. No entanto, à medida que o limite interno absoluto do capital se faz sentir de maneira mais gritante, o “realismo” (168) - tanto de esquerda como de direita - tende a devir administração repressiva: “No avançar do processo de crise, a *realpolitik*, como *ultima ratio* do estado de emergência da economia de mercado, significa apenas impor às pessoas a ‘realidade’ do sistema de mercado, suas ‘leis’ e ‘regras do jogo’, e sufocar na raiz qualquer tentativa (...) de revolta” (167).

Pode-se concluir que *A democracia devora seus filhos* é uma obra de interesse para o historiador das ideias sociais, porquanto suprime uma lacuna importante na trajetória intelectual Kurz em língua portuguesa, e para o teórico social interessado numa análise crítica do modo de (re)produção capitalista. Em primeiro lugar, estende o conceito de modernização recuperadora de *O Colapso da Modernização* (cf. Kurz, 1999), ainda que de forma modificada, àqueles países da Europa Ocidental que conheceram regimes fascistas no período entre as duas guerras mundiais.

Em segundo lugar, o livro aborda temas nucleares que serão tratados por Kurz com mais detalhe em obras posteriores, nomeadamente a noção de limite interno absoluto como barreira inultrapassável colocada à acumulação de capital (cf. Kurz, 2004: 11-92; 2014: 211-332) e a decomposição barbárica do modo de existência social burguês marcada pelo imperialismo de crise belicista e securitário, pela decadência do Estado de direito, pela violência omnipresente, pela exclusão social massiva e pela proliferação de ideologias reacionárias como o (etno-)nacionalismo, o fundamentalismo e o antissemitismo (cf. Kurz, 2015; 2019).

Ademais, *A democracia devora seus filhos* constitui uma contribuição relevante para o debate académico em torno do fascismo, do populismo e do radicalismo de direita. A originalidade das teses (polémicas) do autor é evidente quando se tem presente que a esmagadora maioria dos participantes nesse debate ignoram pura e simplesmente a coerção *totalitária* transcendental do processo de valorização. Assim, o “totalitarismo” político (cf. Arendt, 1962), o fascismo (cf. Mann, 2004) e a extrema-direita contemporânea (cf. Renton, 2019) são amiúde encarados como fenómenos completamente estranhos à lógica democrática de mercado. Ao demonstrar que este antagonismo superficial é, na verdade, a manifestação de uma forma abrangente e apriorística de socialização *comum* – o capital –, Robert Kurz oferece uma grelha de leitura profícua da modernidade mercantil.

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah (1962): *The Origins of Totalitarianism*. Cleveland: Meridian Books. 7ª Impressão.
- JAPPE, Anselm. *Las Aventuras de la Mercancía*. Logroño: Pepitas de Calabaza, 2020. 2ª Edição.
- JAPPE, Anselm (2014): “Towards a History of the Critique of Value”. *Capitalism Nature Socialism*, 25 (2): 25-37.
- KURZ, Robert (1993): *O Retorno de Potemkin: Capitalismo de fachada e conflito distributivo na Alemanha*. São Paulo: Paz e Terra.
- KURZ, Robert (1997): *Os Últimos Combates*. Petrópolis: Editora Vozes. 2ª Edição.
- KURZ, Robert (1999): *O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 5ª Edição Revista.
- KURZ, Robert (2004): *Com Todo o Vapor ao Colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Rio de Janeiro: Pazulin. 1ª Reimpressão.
- KURZ, Robert (2010): *Razão Sangrenta: Ensaio sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra.

- KURZ, Robert (2014): *Dinheiro sem Valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona.
- KURZ, Robert (2015): *Poder Mundial e Dinheiro Mundial: Crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- KURZ, Robert (2018a): *A Crise do Valor de Troca*. Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- KURZ, Robert (2018b): *A Honra Perdida do Trabalho: O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica*. Lisboa: Antígona.
- KURZ, Robert (2018c): *Ler Marx!: Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI*. http://obeco-online.org/ler_marx.pdf.
- KURZ, Robert (2019): *A Guerra de Ordenamento Mundial: O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*. http://obeco-online.org/a_guerra_de_ordenamento_mundial_robert_kurz.pdf.
- LARSEN, Neil et al. (2014): "Introduction", in Neil Larsen et al. (eds.), *Marxism and the Critique of Value*, Chicago: MCM' Publishing, ix-li.
- MANN, Michael (2004): *Fascists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RENTON, David (2019): *The New Authoritarians: Convergence on the Right*. Londres: Pluto Press.

Nuno Miguel Cardoso Machado

nuno.cocas.machado@gmail.com